



A PROIBIÇÃO DE BENS DE LUXO: COMPREENDER A SUA PROMESSA E DESAFIOS DE NAVEGAÇÃO

1. Introdução

As violações da proibição de produtos de luxo aparecem periodicamente nas manchetes, como aconteceu em fevereiro de 2019, quando as autoridades neerlandesas interceptaram 90 000 garrafas de vodka destinadas à RPDC¹. Além disso, foram concluídos projectos de infra-estruturas para os norte-coreanos abastados, como um cinema 4D e o Masikryong Ski Resort, que dispõe de teleféricos e motos de neve europeus². Notícias também se referem a "maquiagem e vitaminas" como produtos de luxo para os norte-coreanos³. De fato, em 2018, Yoon Sang-Hyun, um legislador sul-coreano, afirmou que a Coreia do Norte gastou pelo menos US \$ 640 milhões em importações de produtos de luxo da China em 2017.⁴ Estes exemplos podem ser vistos no contexto de questões mais amplas que surgem no contexto da proibição de bens de luxo: o que são itens de luxo e como os diferentes países interpretam "bens de luxo"? Quais os Estados que têm sido negligentes na delimitação de bens de luxo a partir de bens de consumo normais? E, o que é importante, como pode o sector privado garantir o cumprimento da proibição de bens de luxo, que pode exigir estar atento à mudança de interpretações e práticas de vários Estados? Este relatório aborda estas questões e fornece exemplos que ajudam a esclarecer as complexidades em jogo que podem ajudar a orientar o sector privado no cumprimento da proibição. O relatório sublinha também a ingenuidade da proibição de bens de luxo. Ao deixar indefinido o significado de bens de luxo e deixar claro que a proibição não se limita a determinados artigos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas criou um tipo de sanção que frustra a elite da RPDC sem afetar negativamente a população norte-coreana em geral.

¹ Consultar, por exemplo, Vanessa Romo "Dutch Customs Blocks Delivery of 90,000 Bottle of Vodka to North Korea," *National Public Radio*, 26 de fevereiro de 2019

² Benjamin Katzeff Silberstein "The Problem With Aid to North Korea is Bigger Than Diversion," *38 North*, 6 de dezembro de 2018

³ Katrina Yu "China has a front-row seat to North Korea's possible economic opening," *PBS News Hour*, 26 de junho de 2018

⁴ Ibid. Silberstein, 2018

2. Conceito e Evolução

Em 14 de outubro de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) **aprovou a Resolução 1718**, que inclui uma proibição contra a entrada de produtos de luxo na Coreia do Norte. A lógica de proibir a entrada de bens de luxo na RPDC segue o conceito de sanções inteligentes, ou específicas, cujo objetivo é exercer pressão sobre os decisores, protegendo simultaneamente a população dos potenciais efeitos prejudiciais das sanções. Na verdade, quando a proibição de bens de luxo foi introduzida, houve especulação da mídia de que a proibição foi dirigida ao então líder norte-coreano Kim Jong Il e seu gosto pelo luxo, com o então embaixador dos EUA Jon Bolton argumentando que "a população norte-coreana tem perdido altura e peso médios ao longo dos anos, e talvez esta seja uma pequena dieta para Kim Jong Il."⁵ O que foi?

O papel da proibição de bens de luxo vai além do líder da RPDC, Kim Jong Il, e do atual líder da RPDC, Kim Jong-Un, no que diz respeito aos bens de luxo. A liderança da RPDC utilizou bens de luxo para construir e manter a lealdade das elites, que são vistas como críticas no apoio ao regime e às suas políticas. Como tal, a proibição de produtos de luxo na RPDC é uma estratégia para minar a viabilidade do regime norte-coreano.⁶ Além disso, a proibição de bens de luxo destina-se também a impedir a venda de bens de luxo na RPDC, que é uma fonte de dinheiro para o governo e seu programa de armas nucleares.⁷

Neste contexto, é importante notar que a proibição de bens de luxo, tal como imposta pela Resolução 1718 (2006), não fornece uma definição de bens de luxo, nem uma lista do que são considerados bens de luxo⁸. Em vez disso, uma carta do Presidente do Comité do Conselho de Segurança observa que "qualquer definição de bens de luxo que possa ser necessária para os Estados-Membros aplicarem [parágrafo relevante] seria da responsabilidade nacional de cada Estado-Membro."⁹ O que foi? Isto sublinha indiscutivelmente a ingenuidade da proibição de bens de luxo: a proibição afeta a

⁵ "U.N. slaps trade, travel sanctions on North Korea," *CNN*, 15 de outubro de 2006

⁶ Soo Kim "Luxury Goods in North Korea: Tangible and Symbolic Importance to the Kim Jong-Un Regime" *Korea Economic Institute of America Academic Paper Series*, 31 de dezembro de 2013

⁷ David McKenzie "Where North Korea's elites go for banned luxury goods," *CNN*, 17 de julho de 2017

⁸ CSNU, S/RES/1718 (2006), pará. 8 (a) (iii)

⁹ CSNU, "Letter from the Chairman of the Security Council Committee established pursuant to resolution 1718 (2006) concerning the DPRK addressed to all Member States," 16 de fevereiro de 2007

liderança da RPDC e o gosto da elite por artigos não essenciais. No entanto, não tem um impacto negativo directo na população em geral. Como tal, a proibição pode ter um âmbito alargado. Na verdade, pode-se argumentar que sua força é a amplitude criada pela não definição de bens de luxo: como os atores não têm diretrizes definitivas sobre bens de luxo, eles precisam ter extrema cautela para evitar fornecer à Coreia do Norte bens que possam ser considerados "luxo". Desta forma, a flexibilidade constitui a base de uma proibição global. Esta flexibilidade vem com outra vantagem: à medida que o significado de bens de luxo se desenvolve ao longo do tempo, as noções de mudança podem ser acomodadas sem exigir revisões explícitas do CSNU.

Resoluções subsequentes (2094, 2270, 2321) fornecem listas de alguns bens de luxo, mas mantêm a flexibilidade, observando que os bens de luxo não estão limitados aos listados nos anexos das resoluções. No que se refere aos artigos atualmente identificados como artigos de luxo pelas resoluções do CSNU, consultar o quadro 1, que mostra também a evolução da proibição de bens de luxo ao longo do tempo.

Tabela um: Definições em evolução de “bens de luxo”

Resolução do CSNU	Proibições
1718 (2006) ¹⁰	Proibição de entrada de produtos de luxo na RPDC (sem definição ou artigos de luxo incluídos)
2094 (2013) ¹¹	Os itens incluem, mas não estão limitados a: <ul style="list-style-type: none"> • Jóias <ul style="list-style-type: none"> ○ Pérolas, gemas, pedras preciosas e semipreciosas (incluindo diamantes, safiras, rubis e esmeraldas) ○ Jóias de metais preciosos ou de metais folheados de metais preciosos • Transporte <ul style="list-style-type: none"> ○ lates, automóveis e veículos motorizados de luxo (incluindo carrinhas e carros de corrida)
2270 (2016) ¹²	<ul style="list-style-type: none"> • Relógios de luxo <ul style="list-style-type: none"> ○ Relógios de pulso, de bolso e outro com caixas de metal precioso ou de metal folheado com metal precioso • Veículos aquáticos recreativos • Snowmobiles (avaliado em mais de \$ 2000) • Itens de cristal de chumbo • Equipamentos desportivos recreativos

¹⁰ CSNU, S/RES/1718 (2006), par. 8 (a) (iii)

¹¹ CSNU, S/RES/2094 (2013), Anexo IV

¹² CSNU, S/RES/2270 (2016), Anexo IV

2321 (2016) ¹³	<ul style="list-style-type: none"> • Tapetes e tapeçaria (avaliados em mais de 500USD) • Louça de porcelana ou porcelana de ossos (com valor superior a 100 US\$).
---------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Nota: A proibição **não** é limitada aos itens listados. As disposições devem ser respeitadas "sem prejuízo das actividades das missões diplomáticas na RPDC".¹⁴

Cada um dos Estados membros da ONU, bem como a União Europeia, traduzem os requisitos das resoluções do CSNU nos seus regulamentos de exportação. À luz da não definição de bens de luxo, estes regulamentos de exportação não são uniformes e podem refletir, entre outros fatores, as ideias de diferentes países sobre bens de luxo, as pressões da indústria, a capacidade de implementar e aplicar sanções e a relação específica de um país com a RPDC. A China, por exemplo, forneceu bens para o Masikryong Ski Resort, e defendeu a exportação argumentando que "esquiar é um esporte popular para as pessoas, e equipamentos de esqui ou serviços relevantes não estão incluídos na lista de bens de luxo proibidos¹⁵". Este argumento ignora que o esqui é uma atividade acessível apenas à classe alta abastada, e não à maioria dos norte-coreanos, que vivem na pobreza. É importante salientar que a interpretação chinesa da proibição de bens de luxo também sublinha desequilíbrios na aplicação a nível nacional, uma vez que outros países, incluindo os Estados-Membros da União Europeia, incluem equipamento de esqui na sua interpretação da proibição.

O CSNU e os seus órgãos forneceram orientações adicionais para a aplicação de medidas relativas a "bens de luxo" que contextualizam os requisitos apresentados no quadro 1 e sublinham o âmbito da proibição¹⁶. O aviso de implementação relevante refere-se ao Merriam-Webster Dictionary para uma definição de "luxo"¹⁷ para orientar os estados-membros e exorta os estados-membros a proibir o fornecimento de bens de luxo não abrangidos pelos anexos das resoluções relevantes de forma consistente com os objetivos de todas as resoluções. It also advises member states "to take into account their own national characteristics as well as practices of other Member states".¹⁸ Tal como sublinha o exemplo das exportações chinesas de equipamento de esqui, bem como outros exemplos apresentados a seguir, estas orientações não resultaram até à data em interpretações nem práticas uniformes. No entanto, estabeleceram o

¹³ CSNU, S/RES/2321 (2016), pará. 5 e anexo IV

¹⁴ Consultar, por exemplo, CSNU, S/RES/2094 (2013), pará. 32

¹⁵ Report of the Panel of Experts established pursuant to resolution 1874 (2009), S/2015/131, 23 de fevereiro de 2015, pará. 99

¹⁶ Comitê do Conselho de Segurança criado nos termos da Resolução 1718 (2016), Aviso de Assistência à Implementação n.º 3 (atualizado em 20 de janeiro de 2017)

¹⁷ Ibid. Aviso de Assistência à Implementação "um ambiente ou modo de vida habitualmente suntuoso; uma nomeação elegante ou ajuda material para a realização do luxo; um item ou serviço não essencial que contribui para a vida luxuosa: uma indulgência em ornamento ou conveniência além do mínimo indispensável; um meio ou fonte de experiência prazerosa ou satisfação pessoal." O que foi?

¹⁸ Ibid. Aviso de Assistência à Implementação

precedente de que as transferências para a RPDC, incluindo de artigos não claramente delineados como "luxo" pelas listas do CSNU (ver quadro 1), podem chamar a atenção negativa para as empresas e os países envolvidos no seu comércio. Além disso, os exemplos sublinham que a definição mais rigorosa de bens de luxo de alguns países, como a União Europeia e os Estados Unidos, pode exercer pressão sobre outros países e as suas empresas para que apliquem uma interpretação mais rígida da proibição

3. Estratégias e Resultados de Violação

Conforme estabelecido pelo relatório do Painel de Peritos de 2013 e outros relatórios, a Coreia do Norte utiliza uma variedade de técnicas de dissimulação para minar a proibição de produtos de luxo, incluindo:

- Falsas declarações de expedição e aduaneiras¹⁹
- Utilização de intermediários/intermediários para efectuar pagamentos e organizar transferências
- Envolver o pessoal da embaixada da RPDC nas transacções
- Empresas de logística listadas como destinatárias
- Empresas da RPDC localizadas na China
- Empresas que colaboram com a RPDC e joint ventures
- Aproveitar as interpretações mais laxistas de países terceiros sobre a proibição de bens de luxo

No que diz respeito à utilização de países terceiros para a transferência de bens de luxo, o Painel de Peritos registou "uma tendência segundo a qual os artigos de luxo nos países dos fabricantes são transferidos para países terceiros com critérios diferentes para os bens de luxo antes da sua utilização final na RPDC."²⁰ O que foi? Com efeito, como mostram os estudos de caso que se seguem, esta parece ser uma das estratégias mais frequentemente utilizadas. A ONU reconhece que tais movimentos muitas vezes ocorrem "sem que os fabricantes/empresas tenham ideia do seu destino final."²¹ O que foi?

Embora as mercadorias tenham emanado de uma variedade de países, o país que se destaca em facilitar as transferências para a RPDC é a China. Tal como a seguir se descreve, as empresas chinesas têm estado implicadas na assistência à Coreia do

¹⁹ CSNU, S/2013/337, parágrafos 101 a 102

²⁰ Report of the Panel of Experts established pursuant to resolution 1874 (2009), S/2017/150, 27 de fevereiro de 2017, par. 128

²¹ Report of the Panel of Experts established pursuant to resolution 1874 (2009), S/2015/131, 23 de fevereiro de 2015, par. 96

Norte de várias formas, a fim de facultar à RPDC o acesso a bens designados como artigos de luxo por outros Estados. O Governo chinês defendeu igualmente uma interpretação mais flexível da proibição de bens de luxo. Implicados também nos exemplos abaixo estão Singapura e Ucrânia. Em anos anteriores, a Malásia e a Rússia também foram nomeadas.²²

Os casos abaixo ilustram ainda mais estratégias e resultados e fornecem a base para recomendações para evitar violações de sanções não intencionais.²³ Os casos apontam também para riscos para o sector privado. Tais riscos podem incluir acusação, mas, mais tipicamente, envolvem constrangimento potencial e custos de reputação. Este é o caso porque as violações de sanções são relatadas nos meios de comunicação social, o que destaca empresas e indivíduos implicados na subversão de sanções.

3.1 VEÍCULOS MOTORIZADOS

Uma série de violações de alto perfil da proibição de bens de luxo de veículos motorizados ocorreram, que são normalmente descobertos quando os veículos de luxo são exibidos durante desfiles colocados pelo regime norte-coreano. Uma vez que os veículos de luxo estão incluídos na lista de mercadorias publicada pela ONU (ver quadro 1), estão claramente abrangidos pela proibição. Como tal, estas violações podem apontar para padrões importantes de estratégias norte-coreanas para contornar a proibição que não dependem de interpretações variadas dos países da proibição.

3.1.1 ROLLS-ROYCE

A aparição pública de uma limusine Rolls-Royce Phantom em Pyongyang em 7 de outubro de 2018 está atualmente sob investigação. Anteriormente, um Rolls-Royce Ghost foi apreendido pela Bangladesh Customs Intelligence em janeiro de 2017. O veículo foi falsamente declarado, e trazido para o país para revenda, por um diplomata da RPDC que tinha sido expulso do Bangladesh.²⁴ Enquanto os detalhes do caso continuam a ser investigados, a estratégia de **trazer bens de luxo para outro país para revenda** destaca que os bens de luxo são usados para gerar renda, seja para ganhos pessoais ou para apoiar programas estatais, incluindo o programa de armas nucleares. Também é digno de nota o envolvimento de **um diplomata da RPDC**.

3.1.2 Veículos Lexus

²² Ibid. McKenzie, 2017

²³ A discussão de casos não é exaustiva e se concentra em casos que ilustram técnicas e/ou transferências de grande valor. Realizaram-se transferências adicionais de bens de luxo para a RPDC.

²⁴ UNSC, S/2017/150, pará. 125

Também em 2018, vários veículos de luxo da Lexus com placas da RPDC foram vistos na cúpula intercoreana. Toyota Motor Corporation argumentou que "[w]e só pode assumir que esses veículos vêm de **canais de volta** e são trocados entre indivíduos".²⁵

3.1.3 Um concessionário Mercedes-Benz

Em 2018, limusines Mercedes-Benz foram observadas sem placas de licença durante reuniões em Singapura, Pequim e Pyongyang, e foram utilizadas por pelo menos um funcionário da RPDC. Estes veículos já tinham sido enviados para a Coreia do Norte²⁶.

O Painel determinou que vários desses veículos eram originários da Europa e receberam personalização blindada nos Estados Unidos. Sob a direção de George Ma, um empresário chinês cuja empresa, Seajet, funciona como um agente da companhia aérea DPRK Air Koryo, eles foram então transportados através de contêiner de transporte dos Estados Unidos para a China. A empresa envolvida no transporte era a Liaoning Danxing International Forwarding, uma importante empresa de logística chinesa que, de acordo com o relatório do Painel de Peritos no seu sítio Web, se descrevia como uma agência de navegação da RPDC.²⁷ A empresa norte-americana foi instruída a nomear a Liaoning Danxing International Forwarding como destinatária.

Anteriormente, em 2011 e 2012, o Japão também comunicou transferências de veículos Mercedes-Benz para a RPDC.²⁸ A estratégia utilizada foi o transbordo através de e/ou intermediários com sede na China. A Dalian Global Unity Shipping Agency gerenciou algumas dessas transferências e deu instruções específicas sobre as remessas e transações financeiras.

Num outro caso, um cidadão austríaco (Josef Schwartz) comprou oito automóveis Mercedes para a RPDC e identificou e declarou falsamente como utilizador final uma empresa chinesa, a Complant International.²⁹

Os casos das importações da Mercedes-Benz para a RPDC sublinham as estratégias de **falsas declarações de destinos e destinatários, intermediários, empresas chinesas com ligações à Coreia do Norte e uma empresa da RPDC localizada na China** (Liaoning Danxing International Forwarding).

²⁵ UNSC, S/2019/171, pará. 104

²⁶ UNSC, S/2019/171, pará. 102

²⁷ CSNU, S/2016/157, parágrafos 118-121

²⁸ CSNU, S/2012/422, parágrafos 77-80

²⁹ Ibid. S/2012/422, pará. 85

3.2 ÁLCOOL

3.2.1 Vodca

Em 2018, as autoridades neerlandesas interceptaram uma remessa de vodka suspeita de estar a caminho da Coreia do Norte³⁰. A vodka é considerada um “bem de luxo” de acordo com o regulamento do Conselho da União Europeia.

A forma como os Países Baixos determinaram que a remessa de vodka era suspeita é digna de nota. A vodka, que foi enviada da Bielorrússia, destinava-se à Liaoning Danxing International Forwarding (também suspeita de embarques de limusine Mercedes-Benz). Outra empresa listada nos documentos de expedição, a Transit Prime International Logistics, partilhou um número de telefone e endereço com a Liaoning Danxing International Forwarding. Com base no conhecimento das autoridades neerlandesas dos relatórios do Painel de Peritos, reconheceu a Liaoning Danxing International Forwarding como uma empresa suspeita de apoiar a RPDC no desrespeito das sanções. Os Países Baixos observaram igualmente uma incoerência nos documentos de expedição, nomeadamente que a Liaoning Danxing International Forwarding, na sua qualidade de transitário, não seria o destino final da remessa.

De acordo com os contratos para as remessas de vodka, a vodka foi vendida por um fabricante bielorrusso a uma entidade georgiana denominada Noble House LLC³¹. Embora ainda sob investigação, este caso destaca as estratégias da RPDC para **utilizar** intermediários a fim de ocultar o destino final das mercadorias em questão, bem **como declarações de expedição e aduaneiras enganosas (e destinatários)**.

3.2.2 Bebidas alcoólicas diversas

Há vários relatórios adicionais de transferências de bebidas alcoólicas para a Coreia do Norte. Várias dessas transferências foram facilitadas pela **empresa chinesa** Dalian Global Unity Shipping Agency, que também esteve implicada na transferência de limusines Mercedes Benz.³² A Dalian Global Unity Shipping Agency forneceu instruções aos fornecedores para evitar a proibição de produtos de luxo.

³⁰ UNSC, S/2019/171, pará. 105

³¹ UNSC, S/2019/171, pará. 106

³² UNSC, S/2013/337, pará. 103

3.3 AERONAVES

Duas aeronaves de origem ocidental foram observadas durante o Wonsan Air Show em 2016.

Uma aeronave P-750 XSTOL, fabricada pela Pacific Aerospace Ltd da Nova Zelândia, levou a Nova Zelândia a processar a Pacific Aerospace Ltd pela exportação indireta de peças de aeronaves para a³³ Coreia do Norte. A aeronave P-750 XSTOL tinha sido vendida à Beijing General Aviation Company (com a qual a Pacific Aerospace tinha celebrado uma joint venture) e entregue à China em setembro de 2015. A propriedade foi então transferida em outubro de 2015 para uma empresa que se descreve como "Beijing Freesky Aviation Co., Ltd".

A segunda aeronave, fabricada em Itália, foi transferida para a Coreia do Norte de forma semelhante. Ambos os casos sublinham a estratégia de utilizar um país que não inclui aeronaves na sua definição de bens de luxo (China), bem como a utilização de **uma empresa comum para** fornecer indiretamente à RPDC bens sancionados.

3.4 ESTÂNCIAS DE ESQUI

A estância de esqui de luxo, inaugurada em 2014, possui equipamentos de várias empresas europeias e canadenses, incluindo equipamentos de limpeza de neve Prinoth e Pisten Bully, sopradores de neve Areco e motos de neve³⁴ BRP. Alguns produtores deste tipo de equipamento automóvel tiveram contacto com indivíduos na Missão Permanente da RPDC em Genebra, Suíça, e com base nestas interações, assumiram que as transações eram legítimas porque a Suíça tinha acreditado estes diplomatas.³⁵

Os teleféricos, fabricados por uma empresa austríaca e anteriormente utilizados numa estância de esqui austríaca, foram vendidos a um concessionário austríaco de segunda mão, a Pro-Alpin³⁶. Por sua vez, a Pro-Alpin vendeu os teleféricos a uma empresa chinesa não identificada. A empresa chinesa então providenciou para que o equipamento fosse enviado para a Coreia do Norte.

³³ CSNU, S/2017/150, parágrafos 126-127

³⁴ "Equipment at N. Korean ski resort may breach UN luxury goods sanctions", *NK News*, 2 de janeiro de 2014

³⁵ CSNU, S/2015/131. Pará. 100

³⁶ Jane Perlez e Yufan Huang "To Build a Ski Resort Under U.N. Sanctions, North Korea Turned to China," *New York Times*, 5 de fevereiro de 2016

Uma empresa chinesa também forneceu equipamentos de teleférico e serviços de design relevantes. Neste contexto, a China argumentou que o esqui era um desporto popular e, como tal, não abrangido por uma proibição de bens de luxo³⁷.

O caso do Masikryong Ski **Resort destaca, assim, diferentes** interpretações das sanções por parte da China, o envolvimento **de diplomatas e** uma embaixada, **e uma empresa chinesa que atuou como** intermediária.

3.5 IATES DE LUXO

As tentativas de comprar iates de luxo revelam que a Coreia do Norte usa pagamentos indiretos **para adquirir** itens proibidos. Por exemplo, em 2009, a RPDC tentou comprar dois iates de luxo em Itália, com a assistência do cidadão austríaco Josef Schwartz.³⁸ Schwartz reuniu fundos na sua conta bancária austríaca, que tinham sido transferidos em vários montantes de várias empresas em diferentes localidades, bem como de bancos da RPDC. Uma vez investigado, Schwartz reatribuiu contratos de venda à Complant International Transport (Dalian) Co., Ltd, que continuou a ocultar o destino dos iates, e usou uma terceira empresa para transferir dinheiro para o construtor naval italiano.

3.6 LOJAS DE LUXO NA RDPC

Em 2017, surgiram imagens de duas lojas operadas na RPDC (Bugsae e MINISO) que mostravam produtos da União Europeia e do Japão considerados bens de luxo de acordo com as listas de bens de luxo dessas entidades (por exemplo, vinho, bebidas espirituosas, cosméticos e fones de ouvido).³⁹ A Bugsae Shop está ligada à OCN (Singapura) Pte Ltd, com sede em Singapura, e os bens foram importados por outra empresa com sede em Singapura, a T Specialist International (Singapura) Pte Ltd. A MINISO, uma cadeia de varejo que se anuncia como uma "marca de designer com sede no Japão", alegou que seus itens comercializados em Pyongyang não foram produzidos no Japão e que o escritório da MINISO China estava lidando com a franquia no exterior da marca, incluindo a filial de Pyongyang. Na sequência de inquéritos da ONU, a MINISO apagou o endereço da sua sede no Japão no seu site, e a loja Pyongyang mudou a sua marca de retalho na sua embalagem. Tal como salienta o relatório do Painel de Peritos, **esses acordos de joint** venture são proibidos ao abrigo das sanções. Além disso, o caso de Bugsae põe em evidência o papel **de** Singapura, que também foi salientado por outros⁴⁰ relatórios.

³⁷ CSNU, S/2015/131, pará. 99

³⁸ CSNU, S/2014, 147, pará. 177

³⁹ CSNU, S/2018/171, parágrafos 146-147

⁴⁰ Ibid. McKenzie, 2017

4. Recomendações para evitar violações de proibição de luxo

- 4.1 Diferentes definições de "bens de luxo" significam que o que seria uma violação da proibição se exportado diretamente de um país pode não ser se adquirido de outro. Como tal, as empresas devem prestar muita atenção à pessoa e/ou empresa que faz uma compra, especialmente quando essa pessoa e/ou empresa estão localizadas em países que têm relações relaxadas com a RPDC (em particular, a China, mas também Singapura e Ucrânia). Existe o risco de as mercadorias poderem ser transferidas para a RPDC, o que, por sua vez, pode criar custos de reputação para as empresas originárias.
- 4.2 Relativamente ao ponto anterior, é importante que o sector privado preste especial atenção aos nomes das entidades adquirentes de outros países. As empresas norte-coreanas utilizam frequentemente pseudónimos. Liaoning Danxing International Forwarding, envolvido em vários casos apresentados acima, parece também usar o nome Transit Prime International Logistics. Um entendimento básico das empresas norte-coreanas e dos seus nomes pode ser útil para descobrir compradores que possam estar associados à RPDC.
- 4.3 As diferentes definições de produtos de luxo dos países são documentadas por relatórios do Painel de Especialistas que podem ajudar a orientar as empresas quando há razões para suspeitar de um comprador em um país específico. Por exemplo, se os produtos em questão forem proibidos pelos Estados Unidos para exportação para a RPDC, mas não por um país que colaborou com a RPDC, deve ser tomada precaução adicional para garantir que não ocorra qualquer violação inadvertida da proibição de produtos de luxo.
- 4.5 Ao considerar as exportações de artigos **que** não estão explicitamente abrangidos pelas listas de bens da ONU *ou* pelos avisos nacionais de aplicação, considere tanto a definição lata de bens de luxo apresentada no aviso de aplicação da ONU (nota de rodapé 15) como o rendimento per capita da RPDC, que em 2017 era de 685⁴¹ USD. If most North Koreans cannot afford an item, it could conceivably be covered by the luxury goods ban.
- 4.6 A importância de avaliar criticamente as exportações de bens não incluídos nas listas nacionais de aplicação é ainda sublinhada por casos anteriores. Por exemplo, no caso de um sistema de teleférico produzido por uma empresa austríaca, a Doppelmayr Seilbahnen, o regulamento do Conselho da União Europeia foi atualizado para abranger explicitamente os teleféricos subsequentes à sua

⁴¹ Dados da ONU, acessíveis em: <http://data.un.org/>

transferência para a⁴² RPDC. Deste modo, este caso põe em evidência a natureza abrangente da proibição de bens de luxo, que é alegadamente criada, pelo menos em parte, através da não definição de bens de luxo.

4.7 Em geral, embora a responsabilidade de traduzir a proibição de luxo em regulamentos nacionais incumba aos Estados, as empresas podem evitar custos de reputação potencialmente prejudiciais de exportações inadvertidas para a RPDC, familiarizando-se com as orientações publicadas no Aviso de Assistência à Implementação n.º 3 e trabalhando com o Departamento de Comércio do seu país, que pode fornecer orientações adicionais.

4.8 Vinculado ao ponto anterior, a consulta com os governos pode resultar em diretrizes nacionais que reduzem os desafios de navegar na proibição de bens de luxo. A exportação de sistemas austríacos de teleféricos para a RPDC resultou em atualizações da aplicação pela União Europeia da proibição de bens de luxo, incluindo códigos da Nomenclatura Combinada que proporcionam meios simplificados para os exportadores verificarem se a exportação destes produtos e de outros para a Coreia do Norte violaria a proibição de bens de luxo⁴³. Através da cooperação com os governos, o setor privado pode solicitar aos governos responsáveis pela implementação medidas semelhantes que possam proporcionar clareza e simplificar o processo de cumprimento das sanções. Além disso, o Painel de Peritos da ONU forneceu informações sobre os itens listados e sua correspondência com os códigos do Sistema Harmonizado⁴⁴.

4.9 Para as empresas, adotar políticas e procedimentos que possam melhorar seus sistemas internos de controle de exportação é outra estratégia para evitar violações da proibição de luxo. Várias empresas comunicaram essas melhorias à ONU na sequência da participação em transferências para a RPDC.⁴⁵

Sobre a Kathrin Kranz

⁴² CSNU/2017/150, parágrafo 124

⁴³ CSNU, S/2017/150, nota de rodapé 117

⁴⁴ Por exemplo, CSNU, S/2016/157, parágrafo 129

⁴⁵ Por exemplo, Pacific Aerospace Ltd da Nova Zelândia. Consultar o CSNU, S/2018/171, parágrafo 145



Kathrin Kranz é doutorada em Estudos da Paz e Ciências Políticas pela Universidade de Notre Dame, e LL.M. em Direito Internacional Público pela London School of Economics and Political Science. Sua pesquisa concentra-se no comércio internacional de armas, sanções económicas e instituições internacionais.